

Comissão debaterá os modelos de serviços públicos

A regulação dos serviços públicos no Brasil será debatida em seminário promovido nos dias 20 e 21 deste mês pela Comissão de Infra-Estrutura do Senado. Presidida pelo senador José Agripino, a comissão vai conhecer modelos adotados em diversos países, como EUA, França e Argentina. **Página 3**

NESTA EDIÇÃO

Odaír anuncia acordo no setor madeireiro

Página 2

Campos defende capital externo na área de saúde

Página 3

Despesa da dívida externa cresce e preocupa Suplicy

Senador alerta para dados do Banco Central: em juros e amortização do principal, País pagará US\$ 25 bilhões este ano

O serviço da dívida externa, que inclui o pagamento de juros e amortizações do principal da dívida de médio e longo prazos, chegará à cifra de 25 bilhões de dólares em 1996. O alerta foi dado ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) com base em dados do Banco Central.

Preocupado com o aumento expressivo das despesas brutas com o serviço da dívida, Suplicy apresentou requerimento de informações dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicitando a discriminação detalhada das parcelas da dívida de responsabilidade dos se-



Eduardo Suplicy

tores público - União, estados e municípios - e privado nos anos de 1990 a 1996.

O senador também solicitou demonstração do cumprimento da Resolução n° 82/90, do Senado Federal, que restringe o montante de recursos destinados ao serviço da dívida da União junto à comunidade financeira internacional à capacidade interna de pagamento. Como esta é definida pelo superávit primário do setor público, que teve um resultado de 0,7% do PIB até agosto de 1996, o senador assinalou que o aumento da carga de compromissos está sendo coberto com mais dívida,

cujo financiamento ele quer saber em detalhe.

ÚLTIMO PRAZO

O senador reiterou que continuava esperando, o quanto antes, resposta do ministro da Fazenda a requerimento de informações sobre operações financeiras realizadas em 1994 e 1995 pelo então secretário municipal de Finanças do município de São Paulo, Celso Pitta, com distribuidoras de valores mobiliários. O prazo constitucional encerrou-se ontem.

- O governo sabe muito bem por que este documento precisa chegar logo ao Senado Federal. Ah! se fosse o senador José Serra que estivesse competindo com Celso Pitta - disse.

Tuma apóia ação do governo em favor da criança

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) elogiou ontem a iniciativa da primeira-dama, Ruth Cardoso, de lançar o programa Pró-Criança, cujo objetivo, segundo informou, é divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, conscientizando a sociedade de que se trata de uma lei em favor de todos, punindo os pequenos delinquentes.

Ele afirmou que esse projeto tem que dar certo, já que "a solução para o abandono



Romeu Tuma

da infância no País depende de vontade política". Tuma destacou o fato de o programa retomar a figura do aprendiz em profissões inovadoras. "Melhor crianças trabalhando em condições específicas do que drogadas, prostituídas ou usadas para vários crimes nas ruas", disse o senador.

- A questão do menor não se resolve com medidas direcionadas para ele. É imprescindível incluí-las num pacote de providências que contemple a questão social como um todo.

A criança é a vítima da brutal concentração de renda, da falta de reforma agrária, da ausência de uma política habitacional, dos ajustes de modernização da economia, do êxodo rural, do inchaço das cidades. Enfim, do drama social brasileiro - acrescentou.

Segundo o senador, esse drama social é representado pela miséria e pela ignorância que "prostituem e escravizam o ser humano de qualquer idade. Ignorá-lo é querer curar tuberculose com aspirina".

- Há estatísticas que apontam o Brasil como campeão mundial de prostituição infantil, colocado no rol dos países

que sistematicamente desrespeitam os direitos humanos, com assassinato de crianças por até R\$ 40,00. Cresce também a violência sexual e a violência comum dentro de casa, praticada pelos pais e por motivos banais, como nota baixa na escola ou chorar demais - frisou.

Em aparte, Tuma recebeu o apoio do senador Romero Jucá (PFL-RR), para quem a solução do problema do menor exige a adoção de medidas alternativas como a bolsa-escola, implantada no Distrito Federal, e a prevista no programa de renda mínima proposto pelo senador Eduardo Suplicy.

Jucá: Roraima terá energia da Venezuela

Senador anuncia que linha de transmissão substituirá o atual parque gerador, formado por unidades termoeletricas dispendiosas e movidas a óleo diesel

Odacir aplaude acordo sobre atividade madeireira

O senador Odacir Soares (PFL-RO) destacou que o "Termo de Ajuste e Compromisso" estabelecido entre o Ibama, o governo de Rondônia e empresários ligados às atividades florestais representa uma perspectiva de solução "competente, séria e inteligente" para assegurar o desenvolvimento do setor madeireiro no estado.

Segundo Odacir, o acordo, feito ao final de encontro que presidiu em Porto Velho, põe fim à "Operação Amazônia", desenvolvida pelo Ibama e que, na opinião do senador, vinha inviabilizando a indústria madeireira



Odacir Soares

de Rondônia. Odacir explicou que, pelo acordo, o Ibama fará a liberação da madeira já estocada, mas, em contrapartida, os madeireiros assumirão o compromisso de plantar a mesma quantidade e espécies de árvores constantes dos estoques. Por outro lado, o governo de Rondônia investirá R\$ 500 mil no treinamento de pessoal para atuar tanto no setor florestal como na indústria. Será criado grupo de trabalho para propor mecanismos de manejo florestal, pela iniciativa privada, para florestas nacionais e estaduais.

O senador Romero Jucá (PFL-RR) destacou ontem o acordo assinado esta semana entre os governos do Brasil e da Venezuela, para o fornecimento de energia elétrica a Roraima. Lembrando que a luta para o estado receber essa energia foi iniciada em 1988, quando ele assumiu o governo estadual, Jucá disse que o acordo prevê o fornecimento de energia a seu estado por 20 anos, a partir de dezembro de 1998.

- O atendimento a Boa Vista será feito por um sistema de transmissão em 400 e 230 kilowatts, com cerca de 780 quilômetros de extensão, saindo da região de Macáguá (Complexo de Guri), passando pelas localidades de Tumeremo, Las Cristinas e Santa Elena, na Venezuela, até chegar a Boa Vista. E a Eletronorte ficará responsável pela construção do trecho em 230 kilowatts, a partir da fronteira, com 206 quilômetros de



Romero Jucá

extensão - acrescentou.

Jucá explicou que essa linha de transmissão substituirá o atual parque gerador, formado por unidades termoeletricas dispendiosas e movidas a óleo diesel. Disse também que a energia venezuelana e a economia de petróleo "garantirão o crescimento econômico e o bem-estar social da região". Conforme o senador, a passagem do *linhão* por cerca de 570 quilômetros em território venezuelano também influenciará o desenvolvimento naquele país. Ele afirmou que esse fornecimento de energia é um antigo anseio da região.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos

10h30 - Preside reunião da Comissão Diretora

12h - Recebe o embaixador do Marrocos, Larbi Reffouch, presidente do Grupo dos Embaixadores dos Países Islâmicos acreditados no Brasil

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Previsão de trabalhos

PLENÁRIO

Terça-feira (19.11.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 70/96, que dispõe sobre a convocação de redes de radiodifusão; *PLS nº 102/96, que dispõe sobre a exibição de filmes brasileiros de curta-metragem.

Quarta-feira (20.11.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Observação - Durante o período destinado aos oradores da Hora do Expediente, comemoração dos 50 anos de instituição do Comitê de Imprensa do Senado Federal. Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 59/96, que dispõe sobre a condução de veículo oficial; e *Substitutivo ao PLS nº 82/95, que altera dispositivos da Lei nº 8.004/90, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

COMISSÕES

Terça-feira (19.11.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Simpósio sobre "A estrutura fundiária e a reforma agrária", com a presença dos ministros da Agricultura e da Reforma Agrária e dos presidentes da Contag, da CNA e da Concrab, e representantes do MST. *Plenário do Senado*

18h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação em caráter não terminativo, dentre outros, do *PLC nº 104/95, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; *PLC nº 119/95, que redireciona recursos do Sebrae; *PLS nº 291/95 (Complementar), que extingue o CMN e define as condições para a autonomia do Banco Central; *PR nº 34/96, que limita a 98% o percentual máximo de refinanciamento da dívida mobiliária dos estados e dos municípios; e terminativa dos *Substitutivo ao PLS nº 108/95 (discussão em turno suplementar), que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas; *PLS nº 191/96, que faculta ao Congresso Nacional excluir empresas do Programa Nacional de Desestatização, dentre outras matérias. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

ESPECIAL

17h30 - Semana da Consciência Negra

Pauta: Palestra do reverendo e senador norte-americano Jesse Jackson, sobre "Perspectivas para o ano 2000: Cidadania para os excluídos". *Auditório Patrônio Portella*

18h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Exposição do Prêmio Nobel da Paz de 1996 e presidente do Conselho Nacional de Resistência Maubere (Timor Leste), jornalista José Ramos Horta. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*



Júlio Campos

Júlio Campos defende capital externo na saúde

"O governo federal, em boa hora, decidiu abrir o mercado de seguro-saúde ao capital estrangeiro para que haja maior competitividade no setor", afirmou o senador Júlio Campos (PFL-MT), argumentando, porém, que "os efeitos da competitividade só se farão sentir com a supressão do parágrafo 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País".

- A Proposta de Emenda Constitucional nº 52/95, que submeti ao Congresso Nacional, merece atenção especial desta Casa, porque a sua aprovação passou a ser de interesse público. Apelo aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em favor da aprovação da matéria, por ser oportuna, necessária e conveniente para a melhoria e preservação do sistema de saúde brasileiro - disse.

Para Júlio Campos, a alteração proposta, "ao eliminar a descabida discriminação ao capital estrangeiro, busca, evidentemente, atraí-lo ao País em maiores volumes, sob o fundamento irretorquível de que ele é necessário e até indispensável à dinamização e ao crescimento da economia nacional". Ele acrescentou que, a rigor, a exclusão do capital estrangeiro do setor de saúde só traz prejuízos ao conjunto da população brasileira, que vê reduzidas suas opções de acesso a hospitais privados no exato momento em que o sistema público de saúde atravessa grave crise.

Comissão debate em seminário modelos de serviços públicos

Em busca de regras para os setores elétrico e de telecomunicações, brasileiros ouvem especialistas sobre experiências de outros países

"Regulação dos Serviços Públicos no Brasil" nos setores elétrico e de telecomunicações é o tema de seminário que será promovido nos dias 20 e 21 pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, em conjunto com a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE).

A abertura do evento, às 9h30 do dia 20, contará com a participação do senador José Agripino Maia (PFL-RN), presidente da comissão; dos ministros de Minas e Energia, Raimundo Brito, e das Comunicações, Sérgio Motta; e do presidente da FNE, Jorge Luiz Gomes. A partir das 10h, dentro do tema "A



José Agripino Maia

experiência internacional na área de regulação de serviços públicos", serão discutidos os sistemas de regulação americano, francês, europeu e argentino com os especialistas Sanford Berg, Michael Donedou,

Christoph Hilz e Jorge Aníbal Fernandez.

Às 14h, com a participação do presidente da Eletrobrás, Fermindo Ferreira Sampaio Neto, o tema será "A regulação dos serviços de eletricidade no Brasil - a Lei da Aneel", seguido, às 16h, por "Diretrizes para o novo modelo do setor elétrico brasileiro".

No dia 21, às 10h, com representantes da indústria de telecomunicações, do Ministério das Comunicações e da Unicamp, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura debaterá "A privatização e a regulação do setor de telecomunicações no Brasil".



Na visita a Sarney, Ramsey (C) propôs intercâmbio

Modernização do Senado atrai interesse da IBM

Atraído pelo programa de modernização das atividades do Senado, o vice-presidente mundial da IBM para atendimento a governos e instituições públicas, Todd Ramsey, visitou ontem o presidente da Casa, senador José Sarney, a quem propôs um programa de intercâmbio em nível internacional, para troca de experiências e conhecimentos em torno das inovações tecnológicas criadas para apoiar o trabalho dos parlamentares. Sarney manifestou interesse e prometeu estudar a proposta.

O intercâmbio proposto pelo dirigente da IBM daria ao Senado brasileiro a oportunidade de conhecer o que está sendo feito por outros poderes legislativos, nas áreas de suporte e apoio das atividades parlamentares, ao mesmo tempo em que a empresa poderia mostrar em outros países as soluções e inovações desenvolvidas pela Casa. O vice-presidente mundial daquela empresa visitou as instalações do Senado e do Prodasen, onde foi ciceroneado pelo diretor-executivo, Marco Antonio Paes dos Reis.

Hugo Napoleão mantém contato com japoneses

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), se reuniu ontem, em Tóquio, com empresários e autoridades japonesas, oportunidade em que discutiram as possibilidades de novos investimentos do Japão no Brasil.

Merceu destaque a reunião do senador com a direção da Jica (agência japonesa de financiamento agrícola), que nos meses de janeiro e fevereiro deverá estar em Teresina, para discutir com políticos e empresários locais a implantação do Prodecer III, que levará recursos para os cerrados piauienses.



Napoleão

Escórcio propõe criação de novo estado

Senador anuncia projeto transformando as cidades-satélites e as áreas em torno de Brasília em unidade da Federação, que poderá chamar-se Planalto Central

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) anunciou ontem que apresentará projeto de lei destinado a tornar o Plano Piloto (área central do Distrito Federal) em capital administrativa, transformando as cidades-satélites e as áreas situadas no entorno de Brasília em novo estado, que poderá chamar-se Planalto Central.

- Como morador há muitos anos de Brasília, não poderia deixar passar essa oportunidade, agora que me encontro no fórum próprio para desenvol-

ver essa idéia. Brasília foi pensada nos anos 60 para abrigar no ano 2000 uma população de 500 mil habitantes. Hoje, somando-se as cidades-satélites e as cidades do entorno, essa população já chega a 3 milhões. Será que não está na hora de repensarmos a cidade? - argumentou.

Francisco Escórcio alegou que as levas migratórias que chegam a Brasília "trazem muito calor humano", mas multiplicam os problemas de infra-estrutura da cidade, vis-

to que a receita orçamentária está sempre aquém dos serviços exigidos pelo crescimento populacional.

- O que fazermos com essas pessoas? Expulsá-las? Jamais. Devemos dar condições para que fiquem. E como devemos fazer isso? - indagou.

Essa é a razão pela qual o senador entende que Brasília tem que ser repensada. Seu



Francisco Escórcio

projeto de lei, informou, visa a tornar o Plano Piloto uma capital puramente administrativa, e o estado do Planalto Central, a ser criado com a integração das cidades-satélites e áreas do entorno, teria como capital Taguatinga. "Será que não é válida essa proposta? Aqui fica minha idéia", pregou Escórcio.

Livro, flauta e rock na Semana de Cultura

O livro *Manual de Horticultura Ecológica*, de João Francisco Neto, será lançado hoje, às 18h, no Salão Negro do Congresso, como parte das atividades da I Semana de Cultura do Legislativo. Na ocasião, também serão apresentados um concerto de flauta e um show com banda de rock. Promovida pelo Sindilegis, a I Semana de Cultura é desenvolvida em duas etapas. A primeira, nas dependências da Câmara, termina hoje. O evento prossegue no dia 18 e vai até o dia 20 deste mês, no Tribunal de Contas da União.

Valmir pede ao governador do DF cautela no caso dos aposentados

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) sugeriu ontem cautela ao governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, quanto à aplicação do decreto que obriga os aposentados que acumulam cargos efetivos na administração local a optarem, até o dia 4 de dezembro, pelos proventos da aposentadoria ou pelo salário do atual emprego.

Depois de salientar que a atitude do GDF parece precipitada, o senador disse que não vislumbra, naquela medida, nenhuma vantagem



Valmir Campelo

em termos de economia, "como se tem alardeado, à guisa de justificativa para o decreto do governador". Ele também afirmou que o aposentado que voltou à ativa mediante concurso público contava com total amparo da Constituição.

- O servidor público, de um modo geral, vem pagando muito caro pelo sucesso do Plano Real. No caso específico dessa proibição de acúmulo de proventos da aposentadoria com salário de cargo efetivo, temos uma situação injusta, muito embora possa parecer correta

do ponto de vista econômico. Na área federal, o governo resolveu prorrogar o prazo dado aos servidores aposentados para optarem. No meu entender, o governo federal resolveu reestudar o caso - afirmou.

Para Valmir, há alternativas que podem ser adotadas. Uma delas seria considerar em extinção os cargos efetivos ocupados por aposentados. Outra, segundo o senador, seria o governo do DF aguardar a apreciação, pelo Congresso, da reforma da Previdência, cujo artigo 6º ressalva a situação dos aposentados que reingressaram na atividade via concurso público.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES VALMIR CAMPELO E EDUARDO SUPLYC

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal